

(TRANS)FORMAR PELA EDUCAÇÃO: DISCUSSÕES SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA ESCOLA

Gleydson da Paixão Tavares
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: Este artigo apresenta o relato de uma experiência vivenciada enquanto aluno especial do componente curricular Políticas Públicas Educacionais e Diversidade Cultural, do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica – PPGE - Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), a partir de uma ação interventiva realizada no mês de novembro de 2019, em uma escola de ensino médio da rede estadual de ensino. Este trabalho tem como objetivo descrever e refletir sobre o desenvolvimento da oficina “TRANSformar pela educação: gênero e sexualidade são a mesma coisa?” e analisar os seus impactos nos sujeitos/as envolvidos/as. Durante a oficina foram empregados os seguintes recursos didáticos: exposições dialogadas, exibição de vídeos, dinâmicas de grupo, projeção de slides, entre outros. Este estudo é de natureza descritiva e reflexiva e utilizou como instrumentos para a produção de dados a análise documental e os relatos experienciados pelo autor. O método (auto)biográfico permitiu a narração de experiências a partir da reflexão das ações interventivas e da interação com os/as participantes. As análises e discussões tiveram um cunho qualitativo, ancoradas pelos pressupostos pós-estruturalistas. Os resultados revelaram que a escola deve promover mais discussões sobre a temática em pauta e que se faz necessária a desconstrução e reconstrução de algumas concepções que foram hegemônica e ideologicamente forjadas pela sociedade brasileira, o que contribui para o cerceamento do direito de ser e de se expressar de indivíduos que fazem parte de grupos minoritários fragilizados e invisibilizados pelo sistema social.

Palavras-chave: Educação. Escola. Gênero e sexualidade.

1 Introdução

Ao longo dos anos as instituições escolares têm relegado as discussões sobre gênero e sexualidade seja por tabu, desconforto ou despreparo dos/as professores/as. Essas temáticas nos atravessam e fazem parte das nossas vidas. Observa-se o interesse cada vez maior dos/as jovens para debater sobre gênero e sexualidade para uma melhor compreensão com vistas à desconstrução de conceitos equivocados e impressões levianas que contribuem para a disseminação e cristalização do preconceito e da discriminação.

Na perspectiva de refletir sobre as múltiplas e plurais possibilidades de “ser humano”, apresento trechos da música De toda Cor, de Renato Luciano (2017): “Passarinho de toda cor / Gente de toda cor / Amarelo, rosa e azul / Me aceita como eu sou / Eu sou amarelo claro /

Sou meio errado / Pra lidar com amor / No mundo tem tantas cores / São tantos sabores / Me aceita como eu sou”. Pensar no diverso é compreender e respeitar o/a outro/a a partir de sua singularidade e do caldeirão cultural que forjou a sociedade brasileira. É entender que existem outras formas de viver a sexualidade para além da heteronormatividade compulsória. É refutar “afirmações generalizadas a respeito da ‘Mulher’ e do ‘Homem’” (LOURO, p.7, 1997). Segundo a autora, “O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos” (p.7, 1997).

Este texto é produto da experiência da ação de um grupo de estudantes da disciplina Políticas Públicas Educacionais e Diversidade Cultural, do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica – PPGE – Mestrado Profissional em Educação. Uma das atividades da disciplina, culminou com a realização da Oficina TRANSformar pela educação: gênero e sexualidade são a mesma coisa? – ação de responsabilidade dos/as alunos/as do Mestrado em parceria com o Projeto Interloquções entre comunidades indígenas e afro-brasileiras, da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), conforme programação abaixo:

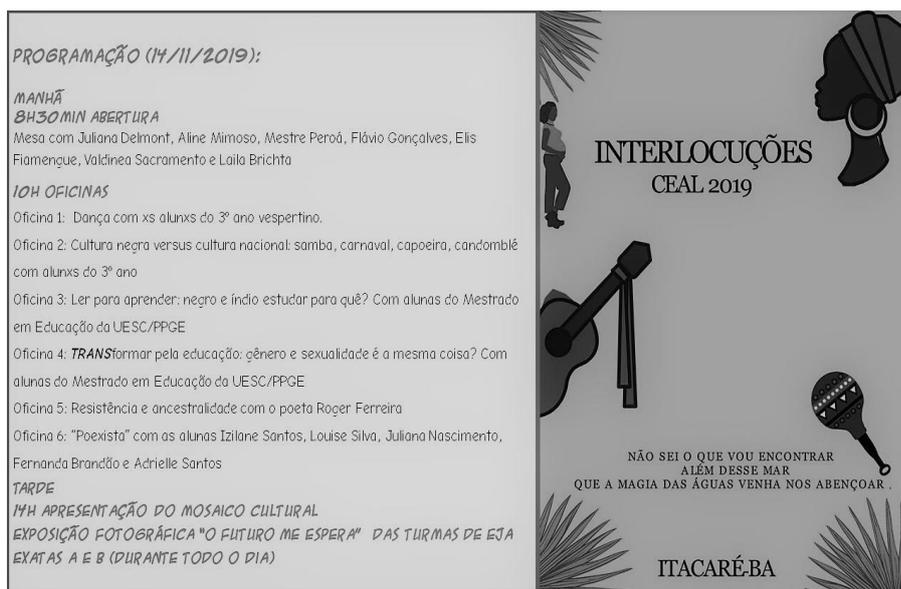


Figura 1 – Prospecto Interloquções CEAL 2019
 Fonte: colégio estadual Aurelino Leal, 2019.

A oficina era parte integrante de mais cinco oficinas que compunham a programação do evento, realizado no dia 14 de novembro de 2019, no turno matutino, pelo Colégio Estadual Aurelino Leal (Ceal), para estudantes do ensino médio.

Este relato de experiência tem como objetivo apresentar aspectos da concepção, do planejamento, da realização e da avaliação da oficina TRANSformar pela educação, levando em consideração os impactos da ação nos sujeitos/as envolvidos/as, ou seja, os/as alunos/as e os/asicineiros/as.

2 Procedimentos Metodológicos

O estudo é de abordagem qualitativa a qual “se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2002, p. 21-22). É de cunho descritivo e reflexivo, do tipo relato de experiência. Utilizou-se do método (auto)biográfico que possibilitou construir narrativas a partir de reflexões dos relatos da experiência vivenciada em um processo de desenvolvimento profissional docente, a partir de uma proposta da disciplina Políticas Públicas Educacionais e Diversidade Cultural, do Programa de Mestrado em Educação da UESC, para a realização de uma oficina para 33 jovens do ensino médio, de uma escola pública da rede estadual de Itacaré. Para Passeggi a reflexividade autobiográfica é “entendida como o retorno sobre si mesmo, para tirar lições de vida, e a noção de formação” (2011, p. 153). Corroborando com essa assertiva Souza (2008, p. 38) compreende a abordagem autobiográfica “como uma metodologia de trabalho que possibilita tanto ao formador, quanto aos sujeitos em processos de formação significar suas histórias de vida, através das marcas e dispositivos experienciados nos contextos de sua formação”.

Para a elaboração desse texto, também foi utilizado um levantamento bibliográfico, no qual foram selecionados artigos relacionados às questões de gênero, sexualidade e educação. Para a produção dos dados, foram utilizadas minhas narrativas bem como a análise documental a partir dos fragmentos da carta de intenção redigida pelos/as estudantes participantes da oficina. As análises e discussões tiveram um cunho qualitativo considerando os pressupostos pós-estruturalistas. Entende-se como pós-estruturalismo “o movimento criativo que enfatiza a abertura, jogo e uma oposição de verdades ou valores finais ou absolutos” (WILLIAMS, 2012, p. 93).

2.1 A Concepção

A oficina foi elaborada a partir de uma proposta da professora responsável pela disciplina Políticas Públicas Educacionais e Diversidade Cultural, componente da matriz curricular do Mestrado em Educação da UESC.

O tema gerador foi indicado pelos/as alunos/as do Colégio Estadual Aurelino Leal, do município de Itacaré. A turma do mestrado foi dividida em dois grupos compostos por cinco pessoas cada um. O grupo o qual fiz parte discutiu a educação na perspectiva do gênero e sexualidades e, assim, foi criado o título da oficina: TRANSformar pela educação: gênero e sexualidade são a mesma coisa?

Durante algumas semanas, realizamos, em sala de aula (no Mestrado), várias leituras, discussões e pesquisas que contribuíram para a concepção e o planejamento da atividade. Autores/as como Louro (1997, 2000) e Junqueira (2007) que discutem gênero, sexualidade e educação contribuíram com o nosso arcabouço teórico para realizarmos o planejamento da atividade.

Particularmente a ideia de realizar a oficina para jovens em uma escola me deixou apreensivo diante da responsabilidade de abordar uma temática tão delicada e polêmica, dentro de um espaço social que com frequência “produz um discurso repressivo, centrado na medicalização, na ‘naturalização da heterossexualidade’, na ‘heterossexualização compulsória’, na propaganda da conjugalidade heterossexual e à revelia do conhecimento científico” (JUNQUEIRA, p. 64, 2007). O nosso planejamento bem como a orientação da professora responsável pela disciplina teve um papel fundamental para o bom desenvolvimento do trabalho.

2.2 O Planejamento e os Objetivos

Após várias leituras, pesquisas e discussões, elaboramos o plano de ação para nortear a realização da oficina e, com isso, estabelecemos alguns objetivos. O nosso propósito principal foi promover uma discussão e reflexão acerca de identidade de gênero e orientação sexual, entre os/as jovens do ensino médio, a partir de conceitos e dados estatísticos que os/as convidassem a pensarem sobre o processo de exclusão social vivenciado pelas pessoas que compõem o espaço escolar e que são consideradas fora do padrão heteronormativo e de gênero, impostos pelo pensamento social hegemônico. Apresento abaixo, os objetivos específicos da ação:

a) Objetivos específicos:

- Refletir acerca de Identidade de Gênero e Orientação Sexual;
- Conhecer conceitos e dados que convidem os alunos a pensarem sobre o processo de exclusão social vivenciado pela diversidade de gêneros que compõem o espaço escolar;
- Discutir sobre importância da Inclusão Social, dos Direitos Humanos e da Diversidade (Pluralidade) no espaço escolar para o processo da formação humana de indivíduos, e a necessidade de oferta de *lócus* de discussões sobre esta temática no ambiente escolar.

b) Ações para a organização do ambiente da oficina:

- Ornamentação da sala: cortina colorida e painel;
- Recepção dos/as alunos/as: post-it para identificação dos/as alunos/as e oficinairos/as;
- Organização das cadeiras em círculo;
- Instalação do projetor de slides e aparelho de som.

c) Sequência didática:

1º Momento: Recepção dos/as alunos/as com uma breve apresentação, dispendo-os/as em círculo. Em seguida, foram destacados os objetivos da oficina.

2º Momento: Sensibilização dos/as alunos/as com as seguintes dinâmicas.

- ✓ Atividade na cadeira - solicitamos um menino e uma menina que sentassem de costas um para o outro, onde através de objetos, palavras e expressões eles/elas deveriam dizer com o que se identificam. Após esse momento, foi aberta a discussão dos motivos que os/as levaram a se identificarem com objetos, hábitos, palavras e outros.
- ✓ Vídeo 1- História da visão hegemônica de gênero - Dráuzio Varella (1min30s).

3º Momento: Discussão de conceitos de Gênero e sexualidade.

- ✓ Mediação de dois vídeos que tratam dos conceitos, bem como de designações e nomenclaturas.

4º Momento: Apresentação de dados educacionais gerais e da realidade de Itacaré.

5º Momento: Exibição de vídeo sobre o Adolescentro em Brasília; Exibição da Música: “De toda Cor”, de Renato Luciano; e Construção, pelos alunos/as, de uma carta de intenção.

2.3 A realização

No dia 04 de novembro chegamos ao Colégio Estadual Aurelino Leal, na cidade de Itacaré, e conhecemos a sala em que a oficina seria realizada. Organizamos o espaço, checamos os equipamentos e o material, e aguardamos a chegada dos/as alunos/as que estavam em outra atividade do evento.

A oficina começou às 10h40 e terminou às 12h25 (horários aproximados). Como já dito, a atividade contou com a presença e participação de 33 alunos/as, do Ensino Médio. No primeiro momento, os/as participantes foram recepcionados/as por toda a equipe e receberam uma etiqueta para identificá-los/as. No segundo momento, realizamos uma dinâmica com a participação de dois/duas alunos/as voluntários/as. Eram apresentados objetos, palavras e os/as participantes sinalizavam quanto à sua identificação ou não com o item ou termo apresentado. Essa atividade tinha como objetivo verificar o que os/as alunos/as consideravam ser do universo masculino e/ou do feminino.



Figura 2 – Durante a realização da oficina
Fonte: próprio autor, 2019.

Em seguida foi exibido um vídeo sobre a História da visão hegemônica de gênero, de Dráuzio Varella. A partir da dinâmica e da exibição do vídeo, foi oportunizado aos/às alunos/as a participação nas reflexões e discussões sobre a questão do gênero.

Somente no terceiro momento abordamos alguns conceitos sobre gênero e sexualidades tendo como suporte a exibição de dois vídeos que apresentavam conceitos, designações e nomenclaturas e serviram para provocar novas discussões.

No quarto momento, com o auxílio do projetor de slides, apresentamos dados educacionais das escolas de ensino médio da Bahia bem como do município de Itacaré, que revelaram informações sobre matrícula, rendimento escolar, índice de desenvolvimento da educação básica, entre outros aspectos. Foram apresentados, também, dados estatísticos relacionados às pessoas trans e travestis correspondentes ao índice de assassinatos, suicídios, agressão física, evasão escolar, acesso à educação superior, ocupação profissional e expectativa de vida. Logo após, apresentamos um painel que também trazia dados educacionais.

Em seguida exibimos um vídeo sobre o projeto Adolescentro, da cidade de Brasília e o encerramento culminou em dois outros momentos: primeiro distribuímos, de forma impressa, a letra da música “De toda Cor”, de Renato Luciano, que foi cantada por todos/as os/as participantes, ao som do clip oficial; por fim, foi solicitamos aos/às alunos/as que construíssem, individualmente, uma carta de intenção com sugestões de como a escola poderia se tornar um lugar mais acolhedor para todos/as, respeitando a individualidade e singularidade de cada estudante.

3 Análise e Discussão

3.1 Reflexão e avaliação dos impactos das oficinas nos sujeitos/as envolvidos/as

A escola é uma instituição social que tem um papel de formar e preparar pessoas para a apropriação do saber, o exercício da cidadania, a qualificação para o trabalho e para o desenvolvimento da consciência crítica da realidade em que estão inseridas.

Segundo Paro (2011) a educação deve ser transformadora e o ambiente escolar deve ser um lugar de acolhimento e proteção social. Assim, o processo de ensino deve considerar as singularidades e as particularidades de cada indivíduo em suas diversas dimensões. A Constituição Federal em seu artigo 206 apresenta alguns princípios em relação ao ensino e, dentre eles, sublinha-se “igualdade de condições para acesso e permanência na escola e liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, p. 123, 1988). Nessa perspectiva, abordar questões de gênero e sexualidade é de fundamental importância para a formação cidadã dos/as aprendizes.

3.1.1 Perspectiva dos/as oficinairos/as

A realização da oficina TRANSformar pela educação foi um grande desafio para mim e para os demais colegas parceiros/as. Durante a concepção e planejamento adentramos em um universo novo, realizamos leituras e tivemos uma noção o quão é difícil à realidade do grupo LGBTQIA+, em especial, a realidade das pessoas trans e travestis.

As leituras realizadas dos artigos Gênero, sexualidade e educação e Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas, da autora Guacira Lopes Louro, nos instrumentalizaram conhecimentos que contribuíram sobremaneira para a construção da nossa concepção sobre essas temáticas. Aprendi que os conceitos de gênero ultrapassam a binaridade de masculino x feminino ou homem x mulher e que entre eles existem outras possibilidades de identificação. Segundo Joan Scott (s/d, apud LOURO, 1997, p. 31),

é constante nas análises e na compreensão das sociedades um pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros; usualmente se concebem homem e mulher como polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão. Para ela seria indispensável implodir essa lógica.

Os artigos também colaboraram para construção do conceito de sexualidade e das variadas possibilidades de vivê-la e de experimentá-la. Novas descobertas foram reveladas e novos conhecimentos foram assimilados o que proporcionaram uma maior compreensão e aprofundamento sobre a temática em discussão. Nesse sentido, Junqueira (2007, p. 59) afirma que,

é importante que no campo da educação falemos de “educação na diversidade”, “para a diversidade” e “pela diversidade”, pois elas dizem respeito ao aprendizado da convivência social cidadã e democrática, além de possuírem um papel estratégico na promoção da igualdade de oportunidades, na inclusão e na integração social.

A pesquisa realizada para o levantamento de dados educacionais e dados sobre as pessoas trans e travestis foi imprescindível para o nosso aprendizado e para nos aproximarmos da realidade desses/as sujeitos/as. Vou me deter, neste texto, somente aos dados reveladores da condição indigna, violenta e devastadora que é exposta a esse grupo minoritário e marginalizado pela sociedade, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Dados estatísticos da realidade de pessoas trans e travestis no Brasil

Aspectos	Percentual (%)	Instituição / Entidade	Ano
Graduados no ensino superior – Instituições Federais do Brasil.	0,2%	ANDIFS – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.	2018
Agressões verbais sofridas na escola por estudantes que não se declaram héteros.	73% dos estudantes. Já as agressões físicas ocorreram com um a cada 04 desses alunos.	Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT).	2016
Dos 1.016 jovens ouvidos na pesquisa da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT).	55% afirmaram ter ouvido, ao longo do ano anterior, comentários negativos especificamente a respeito de pessoas trans no ambiente escolar, e 45% disseram que já se sentiram inseguros devido à sua identidade de gênero.	Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT).	2016
Evasão escolar de travestis e transexuais.	Estima-se que o país concentre 82% de evasão.	Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).	2016
Jovens de 15 a 29, sobretudo pessoas trans do gênero feminino.	85,7% dos homens trans já pensaram em suicídio ou tentaram cometer o ato.	Relatório "Transexualidades e Saúde Pública no Brasil", do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT e do Depto. de Antrop. e Arqueologia.	2015
Tentativas de suicídios para pessoas trans e população em geral.	42 a 46% para pessoas trans e travestis, comparado a 4,6% da população em geral.	ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais.	s/d
Ocupação Profissional.	90% em prostituição.	REDE TRANS – Dossiê a Geografia dos Copos Trans.	2017
Relação entre a média de expectativa de vida das pessoas trans e travestis e brasileiros.	35 anos para pessoas trans e travestis e 76 aproximadamente para os brasileiros.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.	2017

Fontes: ANDIFS, ABLGBT, OAB, ANTRA, REDE TRANS, IBGE e NDHC – LGBT, (2016-2018).

Nota: dados organizados pelo próprio autor.

A realização dessa oficina também me possibilitou perceber a cruel e desumana realidade desses/as sujeitos/as. Ser uma pessoa trans no Brasil é quase uma sentença de morte:

a violência social afeta essas pessoas em diferentes dimensões - da psíquica à física - e, certamente, as tornam vulneráveis, e assim contribui para a desestabilização de suas relações sociais o que reverbera negativamente em sua trajetória escolar e de vida.

Os dados apresentados na tabela acima revelam um contexto opressor e de ódio que a população LGBTQIA+ é submetida. Corroborando com essa assertiva Freitas e Castro definem o discurso de ódio como um discurso que “apresenta como elemento central a expressão do pensamento que desqualifica, humilha e inferioriza indivíduos e grupos sociais” (FREITAS; CASTRO, 2013, p. 344). Os crimes de ódio são, segundo Jesus “motivados por preconceito contra alguma característica da pessoa agredida que a identifique como parte de um grupo discriminado, socialmente desprotegido, e caracterizado pela forma hedionda como são executados” (2013, p. 113).

É necessária uma reflexão sobre as relações de poder estabelecidas pelas classes dominantes e a ideologia impregnada em suas ações que discrimina, invisibiliza, violenta, oprime e desumaniza essas pessoas.

3.1.2 Perspectivas dos/as alunos/as-participantes

Na perspectiva das aprendizagens e participação dos/as alunos/as durante a oficina, percebi o alto nível de interesse e envolvimento por parte dos/as estudantes. A interação deles/as conosco foi de fundamental importância para o desenvolvimento e o sucesso da oficina. De um modo geral, os/as alunos/as ficaram bastante à vontade com a discussão: participavam, refletiam, opinavam, discutiam e traziam exemplos da sua realidade social e educativa.

Figura 3 – Participantes da Oficina



Fonte: Próprio autor, 2019.

Observei também que alguns/mas alunos/as ainda têm dificuldade em discutir o tema abordado ao tempo em que outros/as se sentiam bastante confortáveis. Pude identificar possíveis alunos/as homossexuais na sala de aula e suas reações, especialmente, quando foram discutidos três aspectos:

- O primeiro quando dissemos que cada ser humano tem sua individualidade e singularidade e que deve ser respeitado do jeito que são.
- O segundo quando ressaltamos que ninguém escolhe a sexualidade - ela se impõe, não é uma opção.
- O terceiro quando eu coloquei que tanto a heterossexualidade quanto à homossexualidade se apresentam de forma natural para as pessoas. Com a mesma naturalidade que as pessoas heterossexuais¹ se percebem desde a infância, os/as homossexuais também. Falei da minha condição de não se enquadrar no padrão heteronormativo, pois, também de forma natural me percebo do jeito que sou e que o problema está no/a outro/a, na forma em que a sociedade encara essas pessoas.

Após essas discussões, percebi claramente a reação de uma aluna, como ela vibrou, se sentiu empoderada nesse instante. Talvez, até o momento, ela acreditasse que era um ser estranho, que talvez fosse um problema para a sociedade. Fiquei muito feliz com a mensagem que foi transmitida durante a oficina.

Na verdade, a ideia era subsidiar uma discussão sobre a temática a partir de questões que versavam sobre direitos humanos, inclusão social, equidade, diversidade de gênero e sexualidade e, especialmente, disseminar o respeito ao próximo. Nessa direção, Junqueira (2007, p. 59) assevera que,

A “educação na diversidade” trabalha na perspectiva de incluir o “outro” (visa o seu pertencimento a todos os espaços sociais). A “educação para a diversidade” volta-se para a abertura em relação ao “novo”, o reconhecimento da legitimidade da “diferença” (e a reflexão acerca de sua produção). A “educação pela diversidade” vale-se das potencialidades oferecidas pela diversidade. O convívio entre pessoas diferentes efetivamente incluídas e reconhecidas enquanto tais representam grandes oportunidades de aprendizado: a diversidade, sobretudo neste caso, constitui um importante recurso pedagógico. **A diversidade ensina.**

¹ A identidade masculina branca heterossexual é o exemplo mais acabado da invisibilidade da norma. Ela é, por excelência, não-problemática. Para muitos, ela não é somente a identidade normal, mas é, antes de tudo, "natural" (LOURO, 2000, p. 69).

Como já mencionado, a culminância da oficina aconteceu por meio da construção individual, por parte dos/as alunos/as, de uma carta de intenção com sugestões de como a escola poderia se tornar um lugar mais acolhedor para todos/as. Ressaltamos que devido à impossibilidade de ter acesso às cartas escritas durante a oficina, solicitamos por meio do whatsapp, que os/as alunos/as reproduzissem e enviassem o que havia escrito nas cartas. Para essa ação, contamos com o auxílio da monitora da atividade que também é estudante da escola.

O levantamento dos dados gerou fragmentos dos registros de 08 alunos/as, identificados/as pelas letras de A à H que após serem codificados, foram reagrupados e deram origem a 03 categorias emergentes: indicando a necessidade de mais discussões sobre a temática; apontando a escola como um lugar de acolhimento; e preocupando-se com a importância da presença de profissionais de saúde e técnicos/as capacitados/as.

a) Indicando a necessidade de mais discussões sobre a temática

Essa categoria representa o anseio dos/as alunos/as pela necessidade de mais discussões sobre as questões de gênero e sexualidade na escola, por meio de seminários, de palestras, de oficinas bem como na sala de aula, conforme expressam os excertos abaixo:

“Mais seminários ou bate-papos para esclarecer qualquer tipo de dúvidas e quebrar tabus”
(A1).

“Aulas dinâmicas sobre o tema” (B2).

“Ter mais palestras, ou aula nem que seja um dia na semana para tratar desse ou de outro assunto [...]” (C3).

“O colégio já é muito bom em relação a esses assuntos tanto que oficinas como essas acontecem, mas alguns alunos ainda não aprenderam sobre tal assunto, então a escola poderia reforçar nos alunos mais esses assuntos” (G7).

“A escola deve abordar esse assunto mais vezes e que o único colégio que estudei que deu abertura pra esse tipo de palestra, muito importante!” (H8).

Observa-se que as falas dos/as alunos/as traduzem o desejo de uma maior participação da escola nessas discussões. A instituição escolar deve formar os/as educandos/as para a cidadania e sensibilizá-los/as para o reconhecimento e o respeito ao diverso. Nessa direção, Louro (1997, p.59) afirma que “Os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes

de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar”.

b) Apontando a escola como um lugar de acolhimento

Enquanto instituição social, a escola deve ser um ambiente harmonioso e deve assegurar um espaço agradável para que os/as alunos/as e os/as professores/as se sintam acolhidos/as e confortáveis para discutir sobre as mais variadas questões. Essa atmosfera de tranquilidade é sobremaneira necessária para o efetivo desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem. Os fragmentos a seguir revelam o sentimento dos/as alunos/as quanto ao acolhimento no ambiente escolar:

“Fazer a escola ser um lugar de acolhimento e não de rejeição” (D4).

“[...] ter pessoas mais solidárias querendo ajudar os estudantes” (C3).

A escola deve ser um lugar democrático e considerar a pluralidade e a diversidade dos/as educandos/as. Entretanto, nem sempre observamos essa realidade. Corroborando com esse pensamento, Louro (1997, p. 57) nos chama a atenção que “Diferença, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso”. A instituição escolar deve estar preparada para o acolhimento dos/as estudantes considerando não somente os marcadores sociais de gênero e de sexualidade, bem como os marcadores sociais de classe, étnicos, entre outros.

c) Preocupando-se com a importância da presença de profissionais de saúde e técnicos/as capacitados/as

Durante a análise dos dados produzidos pelos/as alunos/as, notamos que estes/as revelaram uma preocupação com a importância da presença de profissionais de saúde e técnicos/as capacitados/as para o acolhimento e acompanhamento das questões que envolvem gênero e sexualidade na escola, conforme abaixo:

“Funcionários cada vez mais capacitados” (E5).

“[...] ter uma consulta com o psiquiatra [...]” (C3).

“Psicólogo e jogos que exercitem a mente” (F6).

Nessa direção, as instituições de ensino devem motivar e possibilitar a participação dos/as trabalhadores/as da educação, em cursos de formação continuada que versem sobre inclusão social, diversidade sexual e de gênero, direitos humanos, entre outros. Por outro lado, devem também assegurar um atendimento e acompanhamento dos/as discentes em situação de vulnerabilidade por sua condição de gênero e/ou sexualidade por meio de uma equipe multidisciplinar. Nesse sentido, a Resolução 01 do Conselho Nacional de Educação (CNE), em seu art. 6º, estabelece que “os Órgãos colegiados dos estabelecimentos de ensino, em suas finalidades, responsabilidades e tarefas, incluirão o previsto exame e encaminhamento de solução para situações de discriminação, buscando-se criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade” (BRASIL, 2004, p. 2).

As discussões realizadas durante a oficina e os relatos registrados pelos/as alunos/as na carta de intenção revelaram a necessidade de provocar essas discussões para romper os preconceitos e minimizar os tabus que professores/as e escolas perpetuam ao longo dos anos; o desejo que a escola se transforme em um lugar de acolhimento; a importância de capacitar os profissionais de apoio para lidar com essa questão; e a necessidade de uma equipe disciplinar que assegure o acompanhamento e acolhimento dos/as alunos/as em condições de vulnerabilidade em suas múltiplas dimensões.

5 Considerações

A educação deve ser libertadora, deve transcender a mera apropriação do saber. A formação de indivíduos conscientes de seu papel social e sua condição enquanto sujeitos/as responsáveis pela transformação de uma sociedade mais digna, igualitária e democrática deve ser o mote da escola.

Nessa perspectiva é mister a discussão nas instituições de ensino sobre cidadania, inclusão social, direitos humanos, democracia, respeito e igualdade para possibilitar além do desenvolvimento cognitivo, a emancipação dos sujeitos potencializando o caráter reflexivo e crítico.

Particularmente a discussão sobre gênero e sexualidade se faz necessária para desconstruirmos e reconstruirmos algumas concepções que foram hegemônica e ideologicamente forjadas pela sociedade brasileira o que provocou o cerceamento do direito de ser e de se expressar de indivíduos que fazem parte de grupos minoritários fragilizados e invisibilizados pelo sistema.

Destarte, a oficina TRANSformar pela educação: gênero e sexualidade são a mesma coisa? nos oportunizou momentos fulcrais para a nossa formação enquanto mestrandos em educação bem como para a formação dos jovens quando, juntos/as, realizamos reflexões e debates necessários para a compreensão de nossa existência e a da existência do/a outro/a enquanto sujeitos/as de direitos na sociedade contemporânea.

6 Referências Bibliográficas

ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior no Brasil, **V Pesquisa do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de Graduação**. Brasília, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004.

CUNHA, Thaís; HANNA, Wellington. 2017. *Expulsos da Escola: Discriminação rouba de transexuais o direito ao estudo*. Disponível em: <<https://bit.ly/2ewRfPg>>. Acesso em 10 set. 2019.

FREITAS, Riva Sobrado de; CASTRO, Matheus Felipe de. Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. **Sequência**, Florianópolis, n. 66, p. 327-355, jul. 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Estatística – **Tábua expectativa de vida ao nascer – Brasil – 1940/2017**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23200-em-2017-expectativa-de-vida-era-de-76-anos>>. Acesso em: 19 set., 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, v. 16, n. 2, p. 101-123, 2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: SWAIN et. al. RIBEIRO, Paulo Regina Costa (Org.) et.

al. **Corpo, Gênero e Sexualidade**: discutindo práticas educativas. Rio Grande: Ed. da FURG, 2007. p. 59-69.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 25, n. 2, jul./dez. 2000.

LUCIANO, Renato. **De toda Cor**. Intérprete Renato Luciano. 2017. (5 min 29)

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim; AQUINO, Tathiane Araújo; CABRAL, Euclides Afonso. **Dossiê: a Geografia dos Corpos das Pessoas Trans**. Rede Trans, Brasil, 2017.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

PASSEGGI, Maria da Conceição. A experiência em formação. **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 147-156, maio/ago. 2011.

REIS, Toni; HARRAD, David. **Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional no Brasil**. As experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais em nossos ambientes educacionais. Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT), 2016.

SOUZA, Érica (Coord.) **Relatório descritivo Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas para homens trans**. Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT e do Departamento de Antropologia e Arqueologia. Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

SOUZA, Elizeu Clementino de. (Auto)biografia, identidades e alteridade: modos de narração, escritas de si e práticas de formação na pós-graduação. **Revista Fórum Identidades**, v. 4, ano 2, p. 37-50, jul./dez. 2008.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Tradução de Caio Liudvig. Petrópolis: Vozes, 2012.

Sobre o autor:

Gleydson da Paixão Tavares - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
guedo@uesc.br